



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os impactos preliminares da pandemia do Covid-19 na economia brasileira: um estudo de caso

Luanne da Silva Marques

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Professor Doutor Diptes Chandrakante Prabhudas Bhimjee,
Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE-IUL Business School, ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de Economia Política

Os impactos preliminares da pandemia do Covid-19 na economia brasileira: um estudo de caso

Luanne da Silva Marques

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Professor Doutor Diptes Chandrakante Prabhudas Bhimjee,
Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE-IUL Business School, ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

A minha amada filha Giovanna

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por me permitir realizar tantos sonhos e me capacitar nesse grande desafio, desde o processo migratório do Brasil a Portugal com minha família, até a etapa final desse Mestrado. Obrigada por me permitir errar e aprender com meus erros e assim, compreender sua soberania.

Ao Professor Diptes que tão gentilmente aceitou participar e colaborar com esta dissertação. Sua orientação, competência e dedicação foram essenciais para mim e tenho certeza que não chegaria neste ponto sem o seu apoio. Suas críticas construtivas, todas feitas com muito respeito e me levaram a repensar e melhorar cada palavra da presente Dissertação.

Ao professor Ricardo, agradeço seu apoio e todo conhecimento compartilhado. Sua honestidade e riqueza de informações me incentivaram a melhorar, sempre.

Aos meus pais deixo um agradecimento especial, por todas as lições de amor, companheirismo, perseverança, e compreensão que vocês me dão a cada novo dia. Sinto-me privilegiado por ter pais tão especiais.

Ao meu marido Jeferson e minha filha Giovanna, que me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos, mesmo quando me ausentei em passeios em família ou fins de semana dedicados a leitura e pesquisa. Obrigada por permanecerem ao meu lado, me apoiando emocionalmente e me incentivando a continuar. Sei que nossa família continuará mais forte e unida.

Resumo

Grandes tragédias globais como a crise provocada pela pandemia de COVID-19 extrapolam todas as previsões e planeamentos, tanto de empresas, dos órgãos públicos, como das famílias, tendo impactos significativos na economia de um país, e neste caso, na economia global.

Com isso, o objetivo da presente Dissertação consiste em aferir os impactos macroeconômicos na economia brasileira decorrente da crise Covid-19. Utilizou-se o método da Revisão Bibliográfica Narrativa, por meio de uma revisão da literatura. Verificou-se que ainda não se sabe realmente qual é o tamanho do impacto que a Covid-19 causou na economia e PIB do país e como vai ser a sua retomada, não obstante as situações econômicas de muitas empresas apontarem para um início de uma crise que repercute na produção interna do país, e consequentemente na sua economia.

O governo brasileiro adotou uma série de medidas emergenciais devido à pandemia, para atendimento a muitas destas empresas, para aliviar os impactos da crise, tais como: auxílio financeiro, possibilidade de redução de carga horária, auxílio em parte das folhas de pagamento, entre outras. Porém, estas situações requerem um maior apoio governamental.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Economia Brasileira.

Abstract

Major global tragedies such as the crisis caused by the COVID-19 pandemic go beyond all forecasts and planning done, both of companies, public agencies and families, having significant impacts on a country's economy and in this case, affecting the global economy as well.

Therefore, the objective of this dissertation is to assess the macroeconomic impacts on the Brazilian economy resulting from the Covid-19 crisis. The method of Narrative Bibliographic Review was used, through a literature review. It was found that the size of the impact that Covid-19 has had on the country's economy and GDP is still not really known and how its recovery will be, despite the economic situations of many companies pointing to the beginning of a crisis. which has repercussions on the country's domestic production, and consequently on its economy.

The Brazilian government has adopted a series of emergency measures due to the pandemic, in order to support many companies, to mitigate the impacts of the crisis, such as: financial aid, possibility of reducing working hours, aid in part of the payrolls, among others. However, these situations require greater government support.

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VII
Índice	IX
Índice de tabelas	XI
Índice de figuras	XIII
Capítulo 1. Introdução.....	15
Capítulo 2. Exposição do tema e do problema.....	16
2.1 Procedimentos Metodológicos	16
Capítulo 3. Contexto da economia brasileira contemporânea	18
3.1 O Cenário Económico do Brasil	18
3.1.1 O crescimento económico do Brasil nos anos de 2003 - 2014.....	20
3.1.2 A recessão económica do Brasil nos anos de 2015 e 2016	21
3.1.3 A recuperação económica de 2017	21
3.2 Particularidades da economia brasileira atual	23
3.3 Produto interno bruto do Brasil	24
3.4 O PIB do Brasil e a Pandemia de 2020.....	25
3.5 Políticas económicas no combate à inflação	27
3.6 O comportamento do consumidor e a inflação	30
Capítulo 4. Análise da eficácia das medidas governamentais adotadas.....	32
4.1 O Período Pós-Pandemia	34
Capítulo 5. Conclusões	37
Referências Bibliográficas	38

Índice de Tabelas

Tabela 1: Evolução do PIB e seus componentes (2014 a 2017).	22
Tabela 2: Previsão de inflação 2021 – Taxa de variação acumulada no ano	30
Tabela 3: Previsão de inflação 2021 – Taxa de variação acumulada no ano	30

Índice de Figuras

Figura 1: Gráfico da Evolução Trimestral do PIB	25
Figura 2: Gráfico da Variação trimestral do PIB, face aos três meses anteriores	26
Figura 3: Relação existente entre a taxa de juros Selic e a inflação efetiva.....	28

CAPÍTULO 1

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou formalmente a Pandemia do Covid -19 em março de 2020 e desde então, têm-se provocado grandes abalos nos mercados globais e paralisado atividades econômicas no mundo todo, com impactos na produção industrial, comércio, emprego e rendimento.

Palavras como Isolamento Social, Quarentena, Serviços essenciais e *Lockdown*, que antes não faziam parte da nossa realidade, agora são reais na vida dos adultos, jovens, crianças e idosos. O primeiro caso da COVID 19 no Brasil foi confirmado em fevereiro de 2020, no estado de São Paulo. A vítima era um homem de 61 anos, com histórico de viagem para a Itália.

O tema abordado nesta Dissertação visa entender e analisar como a pandemia afetou a economia do Brasil, bem como as medidas emergenciais tomadas com o encerramento do comércio e das fronteiras.

Outro aspecto que será abordado nesta Dissertação é a análise da eficácia das medidas governamentais adotadas para minimizar os impactos na economia. Essas ações influenciaram diretamente a vida dos brasileiros, principalmente de classe baixa e média, por isso, a importância dessas ações sobre a população brasileira será vista de uma forma crítica nesta investigação. Por isso, o entendimento dos assuntos relacionados com a economia é extremamente importante para todos os cidadãos.

Posto isto, a presente Dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: O capítulo 2 aponta para a revisão da literatura, onde, numa fase inicial, são apresentados as justificativas e exposição da questão científica de partida, bem como os objetivos desta investigação e o processo metodológico adotado. Posteriormente no Capítulo 3, o contexto da economia Brasileira contemporânea é descrito, bem como o cenário Económico e as suas particularidades, o Crescimento Económico do Brasil nos anos de 2003 – 2014, a recessão nos anos de 2015 e 2016 e a recuperação de 2017. Sendo que, o Capítulo 4 serve para a apresentação da análise crítica da eficácia das medidas governamentais adotadas e a projeção do período Pós Pandemia. E, por fim, no capítulo 5, serão expostas as conclusões obtidas.

CAPÍTULO 2

Exposição do tema e do problema

Diante de crise económica ocasionada pela pandemia do Covid-19, muitos sectores foram afetados pelo *lockdown* decretado, e muitos comerciantes tiveram que fechar os seus estabelecimentos comerciais. Segundo o SEBRAE (2020), em virtude da pandemia, grande parte dos pequenos e médios empreendedores fecharam suas portas, e os negócios que conseguiram sobreviver tiveram que se reinventar para não decretarem falência. A pandemia do Coronavírus e as medidas de isolamento determinadas pelas autoridades de saúde causou um impacto direto sobre a economia e, em especial, nos pequenos negócios e repercutindo em todos os setores da economia brasileira.

Com isso, pode-se dizer que de maneira geral, a preocupação deixou de ser exclusivamente uma questão de saúde pública, pois também atingiu o setor financeiro no Brasil e no mundo. Com base nesta breve contextualização, o tema do presente trabalho é em relação à evolução do PIB na pandemia. Desse modo a pergunta norteadora desta Dissertação resume-se na seguinte questão: “Quais os impactos preliminares da pandemia do Covid-19 na economia brasileira?”. Esta investigação apresentará uma análise crítica das medidas tomadas pelo governo brasileiro. Elas foram eficientes para atenuar os efeitos da crise? Quais as perspectivas pós-pandemia para a economia brasileira? Portanto, durante o desenvolvimento desta investigação pretende-se responder a essas questões científicas, bem como de outras questões relacionadas a este importante tema presente na sociedade contemporânea.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento desta investigação, utiliza-se o método da Revisão Bibliográfica Narrativa, a qual consiste em uma análise ponderada e extensa da literatura disponível sobre um determinado tópico de investigação, utilizando referências bibliográficas adequadas, tais como livros, artigos impressos e eletrônicos, de forma a reconhecer os autores que trataram sobre o tema anteriormente (Trentini e Paim, 1999).

Esta Dissertação terá por base a literatura desenvolvida a partir das principais pesquisas e informações a respeito do comportamento da economia e futuras projeções para a economia brasileira. Serão apresentados os principais dados históricos da economia do Brasil bem como sua recuperação durante a pandemia.

Segundo Silva e Trentini (2002), o referencial teórico é essencial para fundamentar a proposta do estudo, assim como enriquecer a reflexão entre os autores mais relevantes no campo de pesquisa.

No que se refere ao tipo de pesquisa, elegeu-se a pesquisa qualitativa, e esta pode ser considerada um eficaz ponto de referência ao pesquisador. Esta pesquisa pode ser tratada como ponto principal de todo o processo num estudo baseado na metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa – Revisão de Literatura (Cajueiro, 2012).

Assim, a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa tem como principal objetivo o debate e a definição dos aspectos associados ao objeto de estudo (Lüdke e André, 2013).

Segundo Rother (2007), os textos usados na revisão narrativa constituem uma análise crítica, podendo contribuir no debate de temáticas e atualizar o conhecimento num curto espaço de tempo.

De tal modo, a metodologia adotada mostra-se capaz de promover a devida discussão referente ao objeto de estudo definido no presente trabalho de pesquisa, buscando uma conclusão inovadora, uma análise crítica as decisões tomadas, e o desenvolvimento de novos estudos.

Contexto da Economia Brasileira Contemporânea

Nesse capítulo, será elaborada uma breve contextualização da economia brasileira contemporânea, bem como retratada algumas das suas particularidades e como o comportamento das políticas públicas adotadas influenciam a trajetória histórica do produto interno bruto.

3.1 O Cenário Económico Do Brasil

O comportamento da economia de um determinado país está diretamente relacionado com o cotidiano de sua população e sua evolução, que consequentemente também apresentam questões que envolvem o poder económico da sociedade. O desemprego, a inflação, o consumo das famílias e a flutuação dos ciclos económicos podem conduzir a instabilidades na economia em forma geral, instabilidades essas que podem manifestar-se de formas diferentes em diversas situações. Para desvendar essas questões, a ciência económica interpreta essas questões e projeta tendências baseando-se na literatura e conclusões teóricas distintas, a depender de cada ponto de vista.

A teoria macroeconômica conforme Garcia e Vasconcellos (2002), analisa a economia como um todo, estudando a determinação e o comportamento de diversas variáveis agregadas, como por exemplo: o rendimento e produto nacionais, o nível geral de preços, o emprego e desemprego, o stock de moeda e taxas de juros, a balança de pagamentos e taxa de câmbio.

Dessa forma, o mercado de bens e serviços define o nível de rendimento, produto nacional e de preços, consumo, poupança e investimentos agregados e exportações e importações. E isso, influencia diretamente o poder de compra da população (Távora, 2020).

Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), a taxa do crescimento da inflação afeta o desemprego, apesar desta influência não ser aceite pela tradicional teoria neoclássica, que, ao basear-se na racionalidade econômica dos agentes, afirma que o nível de produto e de emprego deve depender das condições técnicas disponíveis para uma sociedade num determinado momento do tempo, além, é claro, da disponibilidade dos factores de produção, influenciando assim o respectivo mercado, especialmente em relação à lei de oferta e procura.

A política macroeconômica possui objetivos a serem atingidos, e dentre eles podemos destacar o pleno emprego, a estabilidade de preços, a distribuição da renda, e o crescimento económico. Podemos afirmar que o alto nível de emprego acaba por ser uma das metas mais importantes, pois quando as famílias são compensadas pelos seus salários, acabam por consumir/adquirir determinados serviços e mercadorias, assim dinamizando o mercado interno.

Segundo Garcia e Vasconcellos (2002), a correta distribuição de rendimento também é uma meta da macroeconomia como um todo.

Segundo Pires (2019) lamentavelmente no Brasil, como em inúmeros países do terceiro mundo, os Estados nacionais fazem pouco ou nada para mitigar desigualdades globais, sendo que o Estado continua sendo o protagonista principal das políticas voltadas para a redução das desigualdades criadas pelas atividades econômicas em sociedades capitalistas. As políticas tributária e social, bem como a oferta de bens públicos e semipúblicos, são os instrumentos clássicos usados para intervir nas estruturas domésticas de desigualdade. No caso do Brasil, a arrecadação total de impostos de fato aumentou: foi de 31,8% do produto interno bruto (PIB) em 2003 para 35,9% em 2012, excedendo o número médio de países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 34,6% (Castro, 2014).

Como principal agente econômico no País, o Banco Central (Bacen) é o responsável por definir as metas de inflação, associando-as a uma política monetária rígida, a altíssimos juros e, a partir de 1999, a um regime de crescimento econômico incerto. Com isso, podemos afirmar que as ações de políticas econômicas capazes de conduzir o Brasil em direção ao alcance de suas metas macroeconômicas estão diretamente ligadas ao sucesso do plano econômico do país. Este conjunto de ações são devidas para que a economia brasileira se consolide e que o país tenha condições de desenvolver uma série de ações conjuntas, com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A questão política e partidária é muito expressiva no Brasil e influencia diretamente o planejamento e execução de medidas fiscais mais uniformes no país, e para que o país alcance as metas macroeconômicas propostas com sucesso, as políticas públicas federais devem ir de encontro às políticas distritais, o que tem constituído um grande desafio e pelo que temos vivido, está longe de ser alcançado.

Dessa forma, e de acordo com Mota (2014), verifica-se que a economia se separa em correntes teóricas distintas, podendo, grosso modo, ser separada principalmente em ortodoxia e heterodoxia.

A separação destas correntes econômicas analisadas em relação à produção, da moeda, e do crédito, funciona como o regulamento dos mercados, sendo que o papel do Estado dentro da economia é de encarar as crises e potenciais resoluções para essas mesmas crises. Portanto, a ortodoxia econômica tem em mente que o mercado se autorregula, ou seja, não precisa da intervenção do Estado, pois, a economia ortodoxa baseia-se em mecanismos de preços eficientes (Mollo, 2004).

Baseado nessa perspectiva econômica, é preciso ter em consideração que a Pandemia causada pela Covid-19, provocou grandes alterações no cenário econômico mundial. Perante este quadro pandêmico, torna-se indispensável considerar as particularidades da economia brasileira contemporânea.

3.1.1 O Crescimento Económico do Brasil nos anos de 2003 - 2014

O Ano de 2003 foi, com grande destaque, o ano em que a população acompanhou mais de perto a evolução da economia e também o cenário político nacional. O que aparentemente seria mais um ano do governo de esquerda, ganhou neste ano grandes proporções, já que o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, carregou as promessas e discurso de rápido crescimento econômico e geração de emprego.

Entre os anos de 2003 a 2008 realizaram-se reformas importantes que conduziram à melhoria macroeconómica, e o considerável aumento do crédito em relação ao PIB, que passou de 25,8% do PIB em 2003 para 39,7% do PIB em 2008. Já a taxa de desemprego caiu, no ano 2003, de para 10,2%, e, em 2008 para 8,1%, em 2008. Ainda neste período constatou-se um *superávit* primário médio de 3,4% do PIB, possibilitando neste sentido, a queda dos indicadores de dívida. (Oliveira, 2018).

Segundo Oliveira (2018) boa parte do desempenho económico no período é creditada ao ambiente externo. Portanto, este período, apesar de ser considerado um período curto, foi também de crescimento razoável, mesmo que a evolução do PIB tenha sido explicada pelo aumento da população com trabalho formal, as medidas de produtividade se recuperaram.

Nos anos de 2009 até 2014, o crescimento económico médio foi de 2,8% ao ano, caracterizando-se principalmente pela desaceleração do crescimento, atribuído especificamente ao ambiente externo, bem como a uma série de medidas intervencionistas apresentadas pelo Governo Federal a fim de evitar uma desaceleração ainda maior na economia do Brasil (Oliveira, 2018).

Em 2011 a 2012, houve um sobreaquecimento da economia, no qual o governo atribuiu ao aumento do crédito público, com incentivos fiscais para produtos ou operações, viabilizando redução da carga fiscal de produtos, operações, conhecida como desonerações tributárias, o congelamento de preços administrados, a intervenção no setor elétrico, a adoção de uma política fiscal mais expansionista e uma política monetária menos preocupada com o alcance da meta inflacionária. Nesse período a taxa de desemprego, que havia atingido 8,1% na média de 2008, reduziu-se para 6,8% em 2014. Em razão desta diminuição, os desequilíbrios na economia acumularam-se, sendo que, o *déficit* em conta corrente chegou a 4,2% do PIB. Mesmo com o crescimento do PIB houve uma evolução na produtividade, e, com isso, percebe-se uma desaceleração em seu crescimento nesse período.

Desta forma, a interpretação que se faz neste período é a de que houve uma má alocação do capital, reduzindo-se não só a produtividade da economia, mas também as perspectivas de crescimento futuro.

3.1.2 A recessão Económica do Brasil nos anos de 2015 e 2016

Entre os anos de 2015 e 2016, a economia brasileira entrou em grande recessão. Com a queda do investimento, ocorreu também a queda do produto, decaindo no último trimestre de 2013. No final de 2016, o nível do investimento era de 30% abaixo dos níveis apresentados no fim de 2013. Segundo Oliveira (2018), economia brasileira desacelerou, em razão de uma deterioração da economia global, por causa do esgotamento provocado pela evolução negativa do ciclo de crescimento anterior.

Ressalta-se também que as contas públicas se deterioraram bastante no período, dando origem ao aumento da dívida pública. Como estudado por Oliveira (2018), no início de 2015, ocorre a diminuição do investimento, fazendo com que o governo implementasse um plano de ajuste fiscal, bem como um aperto da política monetária, para tentar evitar que a inflação extrapolasse a meta estabelecida.

Segundo Oreiro (2017), a partir do segundo trimestre de 2014 o ritmo de crescimento entra em colapso. No segundo trimestre de 2014, o PIB apresenta uma queda de 0,33% na comparação com o mesmo período de 2013. O ritmo de decrescimento se acelera no terceiro trimestre para 0,58% na comparação com o terceiro trimestre de 2013. Após uma ligeira redução do ritmo de decrescimento no final de 2014, o ritmo de queda do nível de atividade econômica se acelera no primeiro trimestre de 2015, quando o PIB real apresenta uma contração de 1,87% na comparação com o primeiro trimestre de 2014. Na comparação entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015 ocorre uma redução de 5,18 % na taxa de crescimento do PIB. Nos trimestres seguintes, o nível de queda da atividade se solidifica, assim o PIB diminua em 5,82% no quarto trimestre de 2015. O movimento de queda do PIB continua ao longo do ano de 2016, sugerindo que a economia brasileira se encontra numa trajetória de estabilização do nível de atividade, o qual provavelmente deve ser obtido no primeiro trimestre de 2017.

3.1.3 A recuperação económica de 2017

O crescimento da economia brasileira aumentou em 2017, sendo que diversos fatores contribuíram para isso, em especial, a política monetária, um aumento da colheita agrícola, e também um contexto internacional favorável às respectivas transações.

Na tabela a seguir, apresenta-se o crescimento económico em 2017 pelos componentes da procura e componentes de oferta.

Tabela 1: Evolução do PIB e seus componentes (2014 a 2017).

	2014	2015	2016	2017	Acumulado
PIB	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	-5,5%
Demanda					
Consumo das famílias	2,2%	-3,2%	-4,3%	1,0%	-4,4%
Consumo do governo	0,8%	-1,4%	-0,1%	-0,6%	-1,2%
FBCF	-4,2%	-13,9%	-10,3%	-1,8%	-27,4%
Exportações	-1,1%	6,8%	1,9%	5,2%	13,2%
Importações	-1,9 %	-14,2%	-10,2%	5,0%	-20,6%
Oferta					
Agropecuária	2,8%	3,3%	-4,3%	13,0%	14,8%
Indústria	-1,5%	-5,8%	-4,0%	-0,0%	-10,8%
Extrativa mineral	9,1%	5,7%	-2,7%	4,3%	17%
Transformação	-4,7%	-8,5%	-5,6%	1,7%	-16,3%
Produção/distrib. de eletricidade, gás, água etc.	-1,9%	-0,4%	7,1%	0,9%	5,6%
Construção civil	-2,1%	-9,0%	-5,6%	-5,0%	-20,1%
Serviços	1,0%	-2,7%	-2,6%	0,3%	-4,1%

Fonte: Adaptado de Oliveira (2018).

A indústria extrativa e a indústria de transformação apresentaram um ótimo desempenho porque foi beneficiada pelos recordes de produção de petróleo e de minério. Os ótimos números também contemplaram o setor de veículos e equipamentos eletrônicos.

Com relação a Oferta Agregada, o destaque foi o consumo das famílias, em alta em todos os trimestres do ano fechando 2017 com um aumento de 1%. As exportações também apresentam ótimos números ao apresentar um percentual acima de 5% em 2017, apesar desse número ser sido bem mais expressivo em 2015.

Os economistas apresentaram boas perspectivas para 2018, uma vez que a política monetária segue expansionista e o mercado de trabalho seguiu a sua trajetória de recuperação. Com a taxa de desemprego a apresentar números mais satisfatórios, a população ocupada avançou, o rendimento real recuperou, o que fez aumentar a massa salarial real.

Desta forma, o FMI (Fundo Monetário Internacional) em 2018 previa um crescimento de 3,9% para 2018 e 2019, acima dos 3,7%, sendo que este cenário vinha favorecendo o fluxo de capital para países emergentes, com a redução de risco, o aumento nos preços, e um aumento generalizado da

procura por *commodities*. Assim, o Brasil apresenta saldos comerciais expressivos, dando uma maior segurança para enfrentar os desafios fiscais e as turbulências eleitorais.

3.2 Particularidades Da Economia Brasileira Atual

O ano de 2020 foi marcado por mudanças extremas nunca antes vividas, devido a pandemia de Covid-19, passando-se a adotar medidas de isolamento social e *lockdown*, o que teve implicações macroeconómicas severas. Baseado em experiências anteriores, como as recentes crises de 2008 e 2009, mesmo em amplitude bem menor, os impactos económicos podem ser mais severamente sentidos em períodos posteriores.

Em 2013 e 2014 o país vivia um consumismo desenfreado, gerador de altos valores de receita fiscal. Assim as indústrias continuavam a fabricar e investir, as empresas a vender, as pessoas a trabalhar e consumir e consequentemente, o governo a arrecadar mais impostos. Nesse período, o sentimento económico era que o Brasil estava em ascensão e que a crise mundial não o afetou.

Entretanto os primeiros sinais de deterioração da economia e do mercado de trabalho começaram a aparecer no ano de 2014. Apesar da taxa de desemprego ser de 4,8%, e conforme a pesquisa mensal de empregos (MPE) tivesse atingido o menor nível da série histórica, houve também uma redução do número de vagas naquele período. Segundo Pereira (2016), apesar da economia brasileira já demonstrar fraqueza, o avanço da operação Lava Jato provocou uma onda de demissões na construção civil, que se intensificou no início do ano de 2015.

Para Pastore e Pinotti (2008), a crise chega ao Brasil através de dois canais de transmissão distintos. O primeiro canal está associado à diminuição dos fluxos de capitais que são necessários para o país financiar os déficits nas contas correntes, para poder manter elevada a taxa de investimento. O segundo canal foi a redução dos preços internacionais das *commodities*, o que contribui em última instância para a redução do preço médio das exportações mundiais.

Pode-se afirmar que os efeitos da crise económica na produção industrial reflectiram-se através das vias comerciais e na falta de crédito, resultado do enfraquecimento dos mercados financeiros, o que afetou grandemente os investimentos no sector da construção civil e serviços. Até então, esses sectores alavancavam o crescimento económico da economia brasileira com significativa oferta de empregos, porém com a crise, esse cenário mudou drasticamente. Com a falta de investimento nesses sectores e a queda nas vendas, o desemprego aumentou e o poder aquisitivo das famílias diminuiu.

Recentemente, em tempos de crise vividos pela pandemia, os desafios aos empreendedores, aos gestores públicos e economistas, e para a população em geral são ainda maiores. Pois, verifica-se um grande número de pequenas empresas que estão a encerrar a sua actividade comercial no Brasil em

decorrência dos fatores exógenos da pandemia, sendo que, muitas destas nem irão mais voltar a atuar posteriormente (Oliveira, 2020).

Sendo assim, é indispensável apresentar uma conjuntura macroeconômica sobre os possíveis impactos na economia brasileira provocada pela pandemia.

3.3 Produto Interno Bruto Do Brasil

Para analisar como os fatores macroeconômicos influenciam as vendas de retalho, é necessário primeiramente fazer uma revisão sobre o posicionamento do retalho dentro do agregado de bens e serviços produzido pelo país num determinado ano (Rabelo, 2007).

Segundo Rabelo (2007), Produto Interno Bruto é a soma de todos os serviços e bens produzidos por um país durante um determinado período. Para exemplificar, pode-se considerar como produto interno as aquisições das empresas, ao obter novos computadores, a decisão das famílias de comprar bens/serviços comerciais, ou até mesmo gastos do governo. Sendo assim, pode-se dizer que o retalho dentro do PIB faz tipicamente parte do consumo, que é considerado o maior agregado contemplado pelos bens e serviços adquiridos pelos consumidores. Este consumo vai desde a compra de uma roupa, gastos com alimentação e entretenimento, ou qualquer outro gasto que um consumidor realiza para satisfazer as suas necessidades, como estudado por Blanchard (2004). O investimento é classificado como segundo componente de maior relevância no PIB. Seja o investimento feito pelas empresas, como por exemplo para ampliar sua capacidade produtiva como também o investimento realizado pelas famílias, como a compra de um imóvel. Em seguida, os gastos do governo têm sua relevância na contabilização do PIB, contemplando todos os bens e serviços adquiridos pelos governos federal, estadual e municipal.

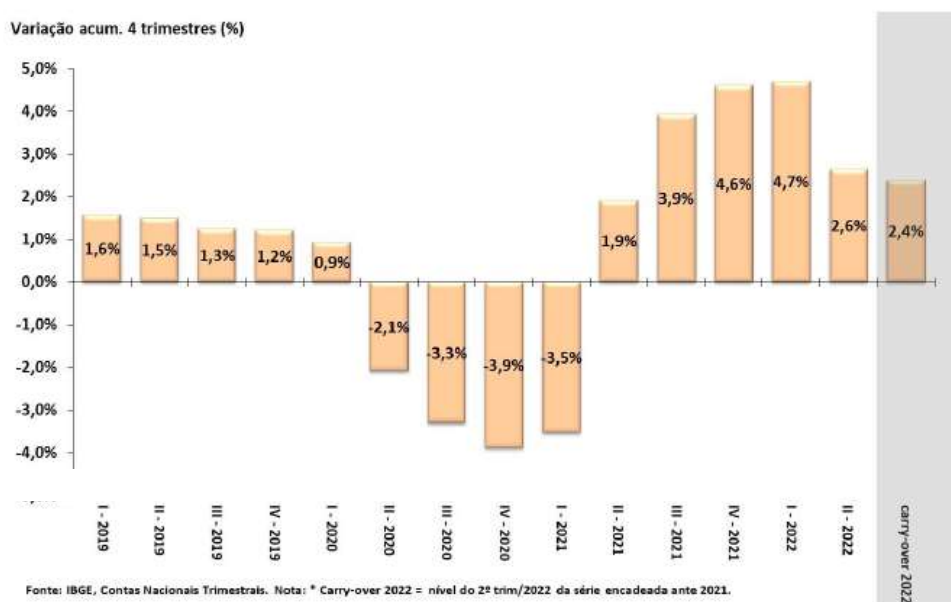
Segundo Bonecher (2006), o PIB é muito usado pelas entidades privadas, estudiosos econômicos, ou pelos elaboradores de projetos, análises e cenários prospectivos como base de cálculo sobre o crescimento da economia de uma determinada nação. Pode-se dizer que o PIB é a principal ferramental utilizada para mensurar o desempenho econômico de um país.

De fevereiro a março de 2020, percebeu-se os primeiros choques de oferta e de demanda. Houve desaceleração da economia chinesa, epicentro do surgimento da doença, e, posteriormente, na Europa, o primeiro e terceiro principais parceiros comerciais do Brasil (Comexstat, 2020).

Segundo o Panorama Macroeconômico (Ministério Da Economia, 2020), observou-se que a confiança do empresário industrial e da economia começaram a cair a partir de março de 2020. Os dados sobre o emprego ainda são embrionários para uma análise mais profunda, apesar de indicarem uma redução da população ocupada e ampliação da desocupada. Contudo, ao longo do desenvolvimento da pandemia, foi possível verificar que a situação econômica do país era mais grave

em relação ao que se imaginava inicialmente, talvez, trata-se de ir além de uma recessão, como demonstrado abaixo:

Figura 1: Gráfico da Evolução Trimestral do PIB



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

De abril a julho de 2020, as restrições de circulação de pessoas e de isolamento social impostas pelos municípios e estados, com o intuito de conter o avanço do vírus. As micro e pequenas empresas foram as mais afetadas, visto que apresentam dificuldades na gestão de caixa. Os setores mais afetados são os de alimentação fora de casa, turismo e de transporte. Os trabalhadores informais foram atingidos primeiramente pela crise, os formais, mantiveram seus empregos por algum período devido aos custos de demissão e de contratação que as empresas teriam que incorrer (Ministério Da Economia, 2020).

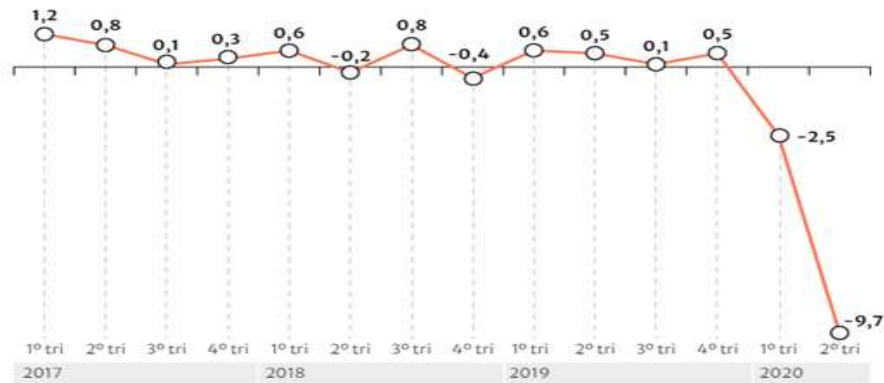
3.4 O PIB Do Brasil e a Pandemia De 2020

O ano de 2020 foi marcado mudanças extremas pela qual a população teve que mudar seu estilo de vida e priorizar a vida; nesse sentido, as pessoas tiveram que adotar medidas de isolamento social, privando-as de certas atividades económicas, o que gerou uma diminuição da actividade económica. Portanto, segundo Bosquerolli (2020) os setores em especial da indústria, comércio, e serviços de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentaram em março de 2020, uma diminuição de 9,1%, 2,5 % e 6,9% respectivamente.

Desta forma, a economia entra em recessão. Entre o mês de janeiro e março de 2020, o PIB do Brasil recuou 2,5% em comparação aos três meses anteriores.

Na figura abaixo apresenta-se um gráfico com a variação trimestral do PIB, frente aos três meses anteriores.

Figura 2: Gráfico da Variação trimestral do PIB, face aos três meses anteriores



Fonte: Adaptado de Vieceli (2020).

Podemos verificar que a economia do Brasil depois de ser atingida pela pandemia em 2020 colapsou, e entre abril e junho o PIB teve uma expressiva queda de 9,7% comparados aos três meses anteriores. Portanto, na comparação com o segundo trimestre de 2019, a queda foi ainda mais forte, de 11,4%.

Segundo apresentado por Bosquerolli (2020) nos três primeiros meses de 2020 a taxa de desemprego foi de 12,2%, em comparação ao ano anterior. A população mais prejudicada com o desemprego são as mulheres, sendo que a criação de novas vagas de emprego diminuiu.

Já nos Estados Unidos, por exemplo, no início de abril de 2020, 6,6 milhões de trabalhadores solicitaram o pedido de auxílio-desemprego. A velocidade e a escala das perdas de empregos não têm precedentes, pois em apenas duas semanas a pandemia deixou quase 10 milhões de americanos desempregados (Casselman e Cohen, 2020).

O número recorde de pessoas fora do ambiente de trabalho chegou a 67,3 milhões, sendo que este cenário expressa a grande informalização como uma alternativa de sobrevivência para muitas pessoas. Assim, segundo Krein e Borsani (2020) sem o aumento da formalização consequentemente vai gerar a queda dos empregos.

Nesse período os setores de serviço e indústria foram os setores que mais sentiram os efeitos da crise. Em relação às demandas, as importações e investimentos privados também apresentaram reduções drásticas.

Segundo estudo de Krein e Borsari (2020), os dados com as medidas do governo para contenção do desemprego, ou seja, com medidas provisórias são dados de solicitação de seguro-desemprego e estimativas de atividades setoriais. Os pedidos de seguro desemprego não foram observados, isso porque existiram muitas dificuldades na forma de solicitar este seguro.

Em decorrência da paralisação das atividades económicas, os economistas tiveram que estabelecer um consenso para reduzir o impacto social, pois, o déficit fiscal será bem maior, contribuindo para o aumento da dívida pública brasileira. Este aumento poderá chegar a um patamar de 100% em 2021, mas para haver um colapso fiscal necessitariam ser implementadas algumas medidas de ajuste fiscal pós-pandemia (Oreiro, 2020).

Segundo Oreiro (2020), diante destes problemas é impossível fazer uma previsão do impacto da COVID-19 sobre o PIB brasileiro com exatidão, mesmo que os dados sejam computados e as estatísticas avançadas. Em 2020 e 2021 acontecerá um impacto no produto interno bruto de acordo com as previsões do DIEESE e do Branco Central (Krein e Borsari, 2020).

Desta forma, a pandemia no Brasil tem agravado muito a desigualdade económica, pois a sociedade brasileira apresenta muitas vulnerabilidades socioeconómicas e de saúde pública (Oreiro, 2020).

3.5 Políticas Económicas no combate à Inflação

A Inflação baixa e previsível traz vários benefícios para a sociedade. A economia pode crescer mais, pois a incerteza na economia é menor, os agentes económicos podem planejar mais eficazmente o seu futuro e as famílias não têm o seu rendimento real corroído.

É relevante compreender o termo inflação, em que Rothbard (2013, p. 40 – 41), apresenta como: “qualquer aumento na oferta monetária que não decorre de um aumento no estoque do metal utilizado como dinheiro”, tal aspecto incide na oferta final do produto, serviço, moeda, entre outros.

Segundo Parente e Lima (2022), é possível compreender o nível de inflação no país, em relação ao aumento dos preços em grupos diversos de produtos e serviços por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, considerado o termômetro oficial da inflação no Brasil. Ele reflete o custo de vida e o poder de compra da população no país. O IPCA é um índice que tem por função medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população do país, indicando a variação mês a mês.

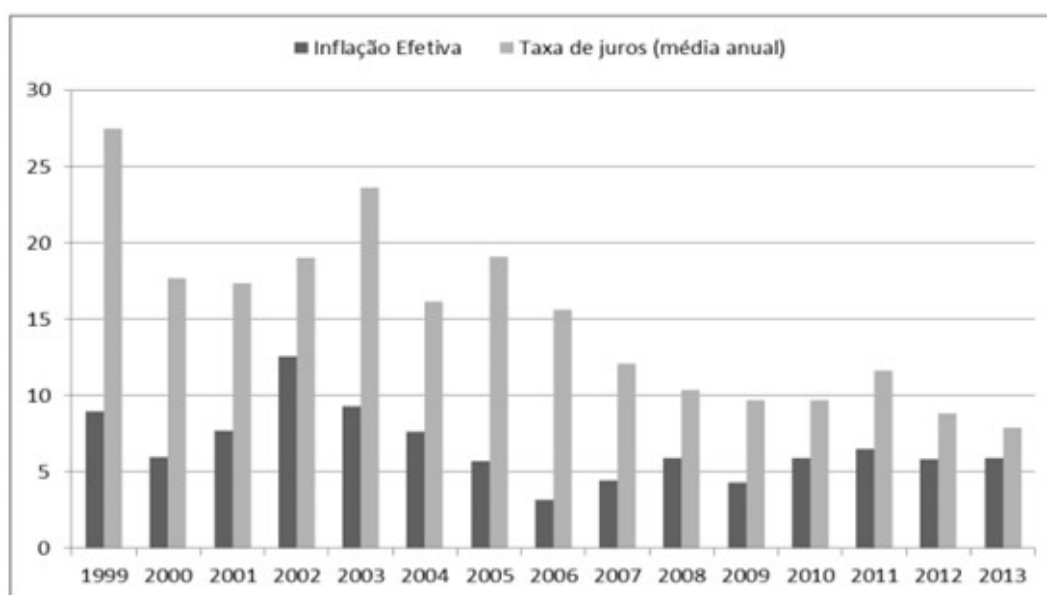
No Brasil, a meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e cabe ao Banco Central adotar as medidas necessárias para alcançá-la. O índice de preços utilizado é o IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta refere-se à inflação acumulada no ano.

A Selic, (Taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para títulos federais), por sua vez, reflete a taxa de juro da economia brasileira utilizada para garantir os depósitos interfinanceiros, que por sua vez são custodiados pelos bancos (Carrara e Correa, 2012).

Segundo Souza e Lameiras (2014), nos anos 1999 e 2000 no regime de metas as políticas de controle fizeram com que a inflação ficasse dentro do valor estipulado pelo governo. Em meados de 2001, a cotação do dólar x Real provocou um efeito, fazendo com que o Comitê de Política Monetária, que é um órgão do Banco Central, aumentasse os juros para combater a alta inflacionária.

A Figura a seguir, apresenta uma relação entre a taxa Selic e a inflação efetiva no período compreendido pelo estudo de Souza (2015) entre os anos de 1999 e 2013, de forma de exemplificar esta importante relação existente entre as variáveis.

Figura 3: Relação existente entre a taxa de juros Selic e a inflação efetiva



Fonte: Adaptado de Souza (2015).

É possível verificar que com a queda da inflação, houve também queda dos juros.

Segundo Souza (2015), o governo aumentou a taxa de juros em 2004, reduzindo assim a inflação, devido ao reajuste automático de preços baseado na inflação passada e refletida nos preços presentes e também pela alta de preços das *commodities*. Em 2005, o Banco Central voltou a diminuir a taxa de juros, e, em 2006 e 2007 a inflação manteve-se estável. Em 2008, a crise chegou ao Brasil, onde o Real e o câmbio passaram a ser desvalorizados, arrastados pela queda dos preços das *commodities*. Com toda esta desvalorização cambial, o Banco Central estabilizou o mercado de câmbio e garantiu o financiamento para o comércio exterior com a realização de leilões de venda de moeda estrangeira

(Cavalcanti e Vonbun, 2014). Ainda conforme o autor, o Banco Central facilitou o acesso ao crédito para os agentes privados, para a concessão de empréstimos de redesconto, e a liberação de recursos

Com o objetivo de sustentar a oferta de crédito, o Banco Central implementou uma política fiscal anticíclica, facilitando o acesso ao crédito. Segundo Afonso (2012), o Brasil socorre-se por meio do aumento do crédito bancário, o que contribuiu para o aumento da dívida pública, e, dessa forma, o uso do crédito foi uma estratégia para poder estimular o crescimento do rendimento e do emprego.

Em 2010, o Banco Central adotou medidas que resultaram na elevação no desinventivo às operações de crédito. Em 2012 e 2013 ocorreram algumas mudanças na meta da taxa Selic, onde a meta da Selic continuou a cair, chegando a 7,5% ao ano (Souza e Lameiras, 2014).

Ao analisar o relatório Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2021, frente o índice de preços, constatou-se que:

O grupo Alimentação e bebidas (1,02%) desacelerou na comparação com o resultado de dezembro (1,74%). Os alimentos para consumo no domicílio, que haviam subido 2,12% no mês anterior, variaram 1,06% em janeiro, resultado influenciado especialmente pela alta menos intensa das frutas (2,67%) e pela queda no preço das carnes (-0,08%). As variações desses dois itens em dezembro haviam sido de 6,73% e 3,58%, respectivamente. Por outro lado, os preços da cebola (17,58%) e do tomate (4,89%), que haviam recuado no mês anterior, subiram em janeiro, contribuindo com um impacto conjunto de 0,03 pontos percentuais. No lado das quedas, os destaques, além das carnes, foram o leite longa vida (-1,35%) e o óleo de soja (-1,08%), que acumulou alta de 103,79% em 2020. (Agencia de Notícias IBGE, 2021)

Com base nessas informações, pode-se afirmar que diferentes grupos de produtos sofreram alta nos últimos anos, e que diretamente acaba afetando na vida da população, como seu acesso para suprir suas demandas básicas.

Considerando o cenário e a previsão econômica no país, a IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estimou para o quarto trimestre do ano de 2021 um crescimento de 4,8%, porém reduziu tal estimativa para 4,5%, mediante reflexo do funcionamento do mercado. Outro aspecto revisto foi o crescimento do PIB para o país em 2022, em que era estimado de 1,8%, foi reduzido para 1,1%, pois se espera ter como setor mais comprometido, o industrial.

Entre as categorias analisadas, o gás natural e o petróleo tiveram o maior impacto inflacionário, afetando diretamente o setor energético. O Crude Oil, petróleo bruto, teve um aumento de 45%, em relação a abril de 2020, que o seu preço era de US\$ 15,00, e estava em US\$ 84,00 no mês de outubro de 2021.

A taxa de inflação acumulada cresce nitidamente nos últimos 12 meses. Com isso, é importante compreender a previsão da inflação, conforme tabelas a seguir:

Tabela 2: Previsão de inflação 2021 – Taxa de variação acumulada no ano

	IPCA			INPC		
	Peso Atual	Revisão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2021	Peso Atual	Revisão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2021
Alimentos no domicílio	15,0	8,1%	1,2	118,4	7,9%	1,5
Bens Livres - exceto alimentos	22,8	11,0%	2,5	26,1	10,7%	2,8
Serviços - exceto educação	30,0	5,1%	1,5	25,4	4,8%	1,2
Educação	5,2	3,1%	0,2	3,6	3,2%	0,1
Monitoradores	27,0	17,2%	4,6	26,5	17,4%	4,6
Total	100,0	10,0%		100,0	10,2%	

Fonte: IPEA

Tabela 3: Previsão de inflação 2021 – Taxa de variação acumulada no ano

	IPCA			INPC		
	Peso Atual	Revisão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2022	Peso Atual	Revisão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2022
Alimentos no domicílio	15,2	4,5%	0,7	18,4	4,5%	0,8
Bens Livres - exceto alimentos	22,8	3,7%	0,8	26,1	3,8%	1,0
Serviços - exceto educação	30,7	5,2%	1,6	25,4	4,5%	1,1
Educação	5,4	7,9%	0,4	3,6	6,7%	0,2
Monitoradores	28,9	5,4%	1,4	26,5	5,4%	1,4
Total	100,0	4,9%		100,0	4,6%	

Fonte: IPEA

Tendo por base o cálculo realizado pelo IPCA, a inflação no Brasil para o mês de setembro de 2021 foi de 1,16%, sendo a maior desde 1994. Constatou-se que, produtos e serviços tiveram uma alta significativa, assim como também o setor habitacional, chegando a 2,56%, acompanhado da energia elétrica, com 6,47%.

3.6 O Comportamento Do Consumidor e a Inflação

O plano econômico de um país é um instrumento de suma importância, pois se o resultado não for esperado, pode impactar negativamente o consumo das famílias. Em tempos de recessão, todos devemos rever as prioridades. Mota (2014) afirma que as oscilações econômicas afetam principalmente os hábitos de consumo e o rendimento dos consumidores, com reflexos imediatos para os diferentes setores.

Para Scherer, Kowaleski e Rezende (2010), o ciclo econômico afeta o comportamento do cliente por meio de três mecanismos: diretamente, expandindo ou reduzindo os recursos financeiros de uma família, influenciando o sentimento do consumidor e orientando os ciclos de negócios. Logo, a análise

do comportamento do consumidor em períodos de crise económica tem grande importância para o mercado.

Ao enfrentar a recessão, os consumidores abrem mão de itens supérfluos, isto é, todos aqueles que não são essenciais para sua sobrevivência. Além do mais, há uma tendência geral em reduzir e cortar gastos, optando por produtos e serviços mais baratos.

Segundo Oliveira (2020) as incertezas relacionadas à disseminação do Covid-19 estão afetando o comportamento dos consumidores. Por exemplo, nos Estados Unidos, 47% dos consumidores consultados no fim de fevereiro de 2020 disseram que estão evitando fazer compras em shoppings, e 32% estão evitando lojas físicas de rua, fora dos centros comerciais. O autor ainda destaca que as pessoas estão se voltando ao e-commerce como um meio para obter suprimentos básicos e essa cautela em relação às lojas físicas não quer dizer que o consumo diminuiu, pelo contrário, pode até aumentar, com muitos procurando estocar suprimentos.

Segundo Batista (2016), os consumidores cortaram gastos supérfluos, e preferem economizar em alguns itens para gastar noutros que consideram mais relevantes.

Com o isolamento social, o consumo no curto prazo foi de produtos básicos, como alimentos, remédios e produtos de higiene. Bens duráveis, como eletroeletrônicos, roupas, móveis, tiveram suas compras adiadas ou até mesmo canceladas, devido à crise económica das famílias, assim priorizando as necessidades básicas.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS ADOTADAS

Diante do quadro trágico na saúde pública e das suas consequências para a economia já sentidas de imediato e igualmente previstas para o longo prazo, o governo federal brasileiro, implementou políticas públicas para tentar diminuir os impactos da crise sanitária, económica e social associada à COVID.

No tocante à política monetária, o Banco Central anunciou, em março de 2020, R\$ 1,2 trilhão em recursos para os bancos, com o intuito de manter a liquidez no sistema bancário. Esse volume corresponde a 16,7% do PIB, e procura manter a disponibilidade de liquidez, por forma a que as instituições financeiras continuem a conduzir normalmente as suas operações. Dentre as medidas, estão: i) redução do depósito compulsório, um instrumento do Banco Central para garantir a segurança do sistema financeiro, por meio de uma determinação para que bancos e outras instituições financeiras depositem, no Banco Central, parte de suas captações à vista, a prazo ou na poupança, para impedir que os bancos emprestem todo esse dinheiro e fiquem sem caixa, colocando em risco o sistema financeiro, o Banco Central determina que um percentual desses depósitos fique retido sob sua responsabilidade. Sendo assim, a redução foi de 31% para 25% e diminuição das parcelas dos recolhimentos compulsórios, totalizando R\$ 135 bilhões; ii) nova redução do compulsório (25% para 17%), o que representa um adicional R\$ 68 bilhões; iii) flexibilização nas regras das Letras de Crédito do Agronegócio, adicional de R\$ 2,2 bilhões; iv) empréstimos aos bancos com lastro em Letras Financeiras, com liberação potencial de R\$ 670 bilhões; v) venda de títulos ao Banco Central do Brasil (BACEN) por meio das operações compromissadas, cujo montante é de R\$ 50 bilhões; e vi) captação de recursos através do Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A procura por empréstimos no Brasil em razão do novo coronavírus cresceu, mas o crédito bancário segue restrito e caro. Conforme pesquisas feitas pelo Sebrae (2020), em torno de 60% dos pequenos negócios que pediram empréstimos tiveram seu pedido negado (Oliveira, 2020).

O Ministério da Economia disponibilizou valores mensais no contexto de um programa federal de auxílio emergencial, tanto para pessoas físicas, como jurídicas de microempresas em todo o Brasil. O que, de certa forma, ajuda a aliviar os prejuízos destes e pelo menos manter a dignidade de sobrevivência nestes períodos.

Para as empresas, foram disponibilizadas ainda outras medidas relacionadas à folha de pagamento dos funcionários, estimulando a permanência dos mesmos nos seus postos de trabalhos.

Com isso, o governo subsidiou parte das folhas de pagamento de algumas empresas, somadas a outras medidas, como a redução de carga horária, e outras.

De um modo geral, as linhas de crédito têm taxas de juros muito elevadas, e as medidas propostas pelo governo e pelo Banco Central não são assim tão eficientes e acredita-se que as instituições bancárias estão com receio do aumento do índice de inadimplência.

Mesmo que, com a queda da taxa Selic, de 3,75% e com as medidas do Banco Central para aumentar a liquidez, as taxas impostas pelas instituições bancárias seguem em alta. Portanto, as ações anunciadas pelo governo já equivalem a 7,8% do PIB, e, desse respectivo percentual 2,1% refere-se as medidas de crédito.

As ações nas linhas de crédito ainda são insuficientes para que os micros e pequenos negócios não “quebrem” financeiramente. Neste sentido, o que falta no sistema financeiro é uma participação do governo para diminuir o risco e garantir maior facilidade no acesso ao crédito, sendo que é muito importante que o Governo Federal faculte acesso a recursos do Tesouro para que os bancos públicos atuem de forma mais arrojada.

Conforme Oliveira (2020), uma solução para todo este problema seria de que o Banco Central atue comprando carteiras de crédito, como o Banco Central dos EUA faz.

O chamado “auxílio emergencial” no valor de R\$ 600,00 mensais repassado pelo governo federal aos brasileiros em vulnerabilidade econômica, tais como os trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social, acabou por injetar um recurso significativo na economia brasileira, fazendo com que muitos setores do comércio e serviços se mantivessem em funcionamento neste período de pandemia.

Outra ação mundial, que de certa forma interferiu na economia brasileira e mundial, sejam pelos investimentos, ou perspectiva de impacto positivo na prevenção da doença diz respeito à questão das vacinas. Ressaltou-se o esforço mundial para acelerar os protocolos, testes, e produção das diferentes vacinas e sua aplicação.

Em paralelo a isso, assiste-se em meados de março de 2021 (um ano dos primeiros impactos da pandemia no Brasil) a uma nova onda de contaminação em grande escala em praticamente todos os estados brasileiros, onde novas estirpes (novas variações e mutações) do vírus se espalham de forma muito rápida, levando os governos a adotarem medidas mais rígidas em relação ao distanciamento social, que por sua vez, apresentam um impacto assinalável no comércio, serviços e, inevitavelmente na economia brasileira.

Para dar conta do aumento de casos graves, um marcante movimento foi a abertura de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) em hospitais de campanha, como um espaço de atenção intensiva e especializada para atender ao agravamento de casos de Covid-19 e evitar o colapso dos sistemas de saúde. A opção por leitos temporários, entretanto, foi bastante criticada, porque àquela altura havia

inúmeros leitos do sistema público desativados, especialmente por falta de equipamentos e recursos humanos (Vargas & Valfré, 2020).

Dessa forma, as políticas adotadas no Brasil demonstram um esforço muito menor em termos de montante financeiro e de organização quando comparado com outros países. Por exemplo, segundo o DIEESE (2020, p.8), o Ministério da Economia está mais preocupado, por exemplo, em fazer avançar uma nova reforma trabalhista, reduzindo ainda mais os salários e benefícios para aliviar o caixa das empresas, em vez de injetar recursos para tratar da anemia enfrentada pela economia brasileira nos últimos anos.

4.1 O PERÍODO PÓS-PANDEMIA

Abordaremos nesta secção os impactos da pandemia de Covid-19 e como poderão ser as possíveis curvas de recuperação do PIB que o Brasil apresentaria durante e pós pandemia. Nota-se que a crise que o coronavírus está provocando é diferente da crise imobiliária de 2008, na medida que não é somente uma crise económica, mas sobretudo uma crise de saúde pública. Ou seja, trata-se de uma crise pandémica com repercussões ao nível da economia real. Segundo Canuto (2020b), a crise do coronavírus é uma ‘tempestade perfeita’, isto é, um evento desfavorável (a crise de saúde pública) drasticamente agravado pela ocorrência de uma rara combinação de circunstâncias (forte desaceleração global do sistema económico), transformando-se num evento sistémico.

Com as políticas de isolamento social mencionadas anteriormente, a pandemia de Covid-19 gerou impactos económicos significativos na oferta e procura, conduzindo a uma desaceleração da economia mundial através de três importantes determinantes. O primeiro é a diminuição do consumo das famílias, devido ao encerramento de estabelecimentos comerciais pelo isolamento social e a propensão a poupar mais em períodos de crise, os quais afetam negativamente o consumo. O segundo determinante são as exportações: com o cenário de crise global, o comércio internacional é fortemente impactado já que engloba toda uma longa cadeia produtiva. Pode usar-se como exemplo a indústria de transformação que detém inúmeros encadeamentos produtivos, de forma a que restrições entre países geram uma diminuição na produção de bens finais, desta forma agravando o processo de crise. O último determinante são os investimentos, com a diminuição do consumo das famílias e da componente de trocas comerciais que lhe serve de suporte, conduzindo a uma perda nos investimentos tanto das empresas quanto das famílias (Dweck, 2020). Deste modo, a pandemia gerou uma forte recessão económica, na forma de choques negativos de oferta e da procura. Em períodos de crise, a oferta e procura normalmente são impactadas negativamente, mas devido às políticas de distanciamento social o impacto foi bastante mais expressivo. Estes choques aumentaram consideravelmente o desemprego, originando mais encerramentos de empresas. Nesse momento, o

papel contracíclico do governo aparece, através de pagamentos de auxílio ao rendimento e crédito para as empresas não ficarem inadimplentes (Canuto, 2020b).

Com o passar do tempo, as economias nacionais tendem a recuperar, à medida que a crise sanitária arrefece e desaparece, os setores económicos são reabertos e a cadeia produtiva é retomada. Porém, cada nação apresentará um determinado tipo e tempo de recuperação diferente, dependendo da velocidade da retoma dos setores e das políticas de cada governo. Serão mencionadas aqui quatro tipos de possíveis curvas que o PIB poderá apresentar como recuperação para o caso Brasileiro.

Em termos práticos, a retoma económica aconteceu somente no mês de agosto de 2020 ao início de 2021, sendo que, os recursos que foram destinados ao combate da pandemia equivalem a 5,55% do PIB do país, recursos estes semelhantes aos pacotes adotados em diversas outras economias (Silva, 2020).

De um modo em geral, no Brasil, uma das formas para poder recuperar a pós-pandemia é na área da construção civil, ou seja, é um segmento que sustenta a procura; aumenta a produtividade; induz o gasto e investimento privado. Portanto, investir na construção civil em época de pandemia pode trazer crescimento económico para o Brasil (Nogueira, 2020).

Na construção civil, a infraestrutura é vista como um dos principais segmentos, porém, em razão da pandemia os investimentos de infraestrutura diminuiriam. Além da infraestrutura, outro segmento muito importante que faz parte da construção civil é o da construção residencial, sendo pelo menos metade representada pelas construções domésticas, que são base empresarial (Nogueira, 2020).

Segundo Nogueira (2020), alguns economistas tiveram algumas ideias para solucionar a crise económica brasileira, sendo que, alguns deles apresentam uma visão crítica frente às medidas adotadas pelo Governo Federal brasileiro.

Desta forma, o principal papel do estado é de garantir o desbloqueio da produção e do consumo por meio da expansão de seus déficits, ou seja, realizar um bom planejamento estratégico, e saber lidar com períodos de crise.

Por exemplo, os Estados Unidos, por sua vez, em decorrência da pandemia, tiveram que tomar algumas medidas drásticas na economia, ou seja, injetaram vários trilhões de Dólares em sua respectiva economia para pagar os trabalhadores, e 19 bilhões para compras governamentais (Távora, 2020).

A economia em 2020 poderá ser estimulada através de políticas monetária, fiscal e creditícia. Já em 2021 o governo vai implementar políticas de retoma da economia, baseando-se principalmente na consolidação fiscal e na busca por recursos (Silva, 2020).

Ainda em 2021, o que se pretende é reestimar a economia, com a realização de concessões, de aprovação de projetos, com privatizações, e com a formação de empresas (Távora, 2020).

A dívida do Brasil no final de 2021 poderá ser de 55%, ou seja, um valor menor que o ano de 2018, sendo que, o esperado para 2021 é conter e reduzir os índices de inflação, reduzir as taxas de juros e a taxa de câmbio depreciada. Portanto, se a pandemia for controlada, os impactos negativos no curto prazo podem ser evitados (Silva, 2020).

Os principais fatores que tendem a superar a pandemia brasileira é carência de articulação entre os agentes e instituições governamentais, os efeitos negativos da pandemia, e também a corrupção de recursos. Além destes fatores, irá acontecer um grande crescimento de desemprego, como também a desigualdade no rendimento. Portanto, o isolamento social irá consequentemente desencadear prejuízos econômicos (Agência Brasil, 2020).

Neste sentido, conseguir superar a pandemia e manter a economia estável, será uma forma de superar a crise social, pois, o avanço do coronavírus aconteceu de maneira mais acelerada no Brasil, em razão da falta de equipamentos de segurança, pela carência de profissional, pela falta de testes, pela não utilização de máscaras, e do funcionamento de serviços não essenciais (Távora, 2020).

A pandemia da Covid-19 evidenciou as desigualdades sociais que já existiam, talvez esquecidas ou não vistas como a exposição ao vírus, no acesso ao diagnóstico e tratamento, a habitações adequadas, água e saneamento, higiene e alimentação.,

Todos esses fatores exercem grande impacto na saúde mental das pessoas em deslocamento forçado, o que se soma ao impacto já vivenciado pelo deslocamento em si. A Covid-19 tende a desencadear lembranças de experiências traumáticas, o que potencialmente dificulta respostas adaptativas aos estressores do atual cenário e exacerba o sofrimento psíquico preexistente, incluindo a intensificação de reações e sintomas de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, medo e ruminação (Rees & Fischer, 2020).

Enfim, com a pandemia ainda existente, aos poucos pode-se ver a economia a reagir e as perspectivas de melhorias em curto prazo da economia mundial com o aumento da população sendo vacinada e também para medicamentos específicos para a cura a cura para o vírus, mas esforços tem que ser cada vez mais destinados para a criação de estratégias que possam ajudar a minimizar os impactos provocados por esta pandemia.

CAPÍTULO 5

Conclusões

Com certeza o ano de 2020 ficará na história como o ano de início da pandemia global decorrente do COVID 19. No final do mês de março de 2020, a doença atingiu todos os cantos do planeta. Países ao redor do mundo continuam lutando para encontrar um equilíbrio entre mitigar a propagação da doença e evitar uma paralisação econômica.

Com base nas informações evidenciadas nesse estudo, a pandemia do Covid-19 afetou o mundo de forma econômica, como aumento e escassez de certos produtos como máscaras faciais e álcool gel, como também na esfera social. Famílias inteiras tiveram sua rotina drasticamente alteradas durante meses, devido ao confinamento total, tendo sua desarticulação das redes de apoio e do estresse financeiro. Em conjunto, esses aspectos podem impactar a saúde mental da população brasileira, aumentando o risco de emergência de reações e sintomas relacionados à ansiedade e à depressão.

O governo do Brasil atuou com medidas para diminuir a inflação dos mais variados grupos de produtos comprometidos. Diante do aumento de preços de grupos como alimentos, combustível e energia, é fundamental a implementação de estratégias econômicas que favoreçam a redução de preços. Incentivos fiscais e programas de transferência de renda, são estratégias que podem ser eficientes para o controle da inflação, quando devidamente sistematizadas, gerando benefícios para toda a sociedade. Muitas empresas adotaram a redução da jornada de trabalho e de salários, *home office*, prestação de serviços pela internet ou aplicativos, para se adequar e sobreviver no auge da pandemia.

Outra intervenção relevante tomada pelo governo do Brasil foi o Repasse de transferência de renda, conforme classificação econômica de cada família e trabalhadores informais, por meio do Auxílio Emergencial. No entanto, a população enfrentou muitos desafios para ter acesso ao benefício, desde o cadastro como no repasse dos recursos, até na devida fiscalização na oferta, para ocorrer de forma justa e suprir as demandas.

Esta Dissertação está distante de esgotar as discussões sobre os impactos do coronavírus na economia brasileira e é importante ressaltar que as potenciais sequelas sobre o tecido econômico e social causada pela pandemia do Covid-19, implica em riscos de uma recuperação mais fraca e lenta para o país.

Referências Bibliográficas

- Afonso, J. R. R. (2012) “Fiscalidade, crédito e crise no Brasil: diagnóstico e proposições”, São Paulo: Fundap, (Estudos Fundap, n. 4).
- Agência Brasil. (2020) “Coronavírus pode levar 500 milhões de pessoas para a pobreza”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/coronavirus-podelevar-500-milhoes-de-pessoas-para-pobreza>>. Acesso em: 27 mai. 2020
- Agencia IBGE Brasil (2021) “IPCA foi de 0,25% em janeiro de 2021”. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30012-ipca-foi-de-0-25-em-janeiro>>. Acesso em 18 out. 2022
- Bosquerolli, A. M., Fugarra, B. H., Kessey, G. A. B. R., Colaço, H. M., Oliveira, H. V., Santos, L. C. G., Sarres, L. S., Alencastro, M. F., Tao, M. I. C., Vieira, N. P., Niro, R. C. e Castro, D. (2020) . “Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica”. UFPR. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acesso em: 03. Jan. 2022.
- Blanchard, O. (2004) “Macroeconomia”. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 620 p.
- Cajueiro, R. L. P. (2012) “Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante”. 3. Ed. [S. l.]: Vozes. 112 p.
- Canuto, O. (2020a) “Covid-19 tem sido uma tragédia para a América Latina”. Poder 360.
- Canuto, O. (2020b) “The impact of Coronavirus on the Global Economy. Policy Center for the New South”, academia.edu
- Carrara, A. F. e Correa, A. L. (2012) “O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA”. Revista de Economia Contemporânea, v. 16(3), p. 441- 462
- Casselman, B. e Cohen, P. (2020). “A widening toll on jobs: this thing is going to come for us all”. The New York Times. Disponível em <<https://>

www.nytimes.com/2020/04/02/business/economy/coronavirus-unemployment-claims.html>.

Acesso em: 01 jul. 2022.

Castro, F. A. de (2014) “Imposto de renda da pessoa física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição”. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília.

Cavalcanti, M. A. F. H. e Volbun, C. (2014) “A política do recolhimento compulsório no Brasil pós-real. Evolução recente das políticas monetárias e cambiais e do mercado de crédito no Brasil”. IPEA.

Coimbra, V. L. (2021) “Os impactos da pandemia da Covid-19 na economia brasileira e suas possíveis curvas de recuperação econômica”. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de São Paulo.

Comexstat (2022) Brasil: informações gerais. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 01 mai. 2022.

DIEESE, “Nota Técnica nº 224 de 23 de março de 2020. Medidas adotadas por vários países para conter os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus”. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec224MedidasPaíses.html>>. Acesso em: 01 set. 2022.

Dweck, E. (2020) Impactos Macroeconômicos E Setoriais Da Covid-19 No Brasil. UFRJ. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/GIC_IE_NT_ImpactosMacroSetoriaisdaC19noBrasilvfinal22-05-2020.pdf>. Acesso em: 14. jul. 2022.

Feijó, C. A. (2001) Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus. 356p.

Garcia, M. E. e Vasconcellos, M. A. (2002) Sandoval de. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva.

Krein, J. D. e Borsari, P. (2020) Coronacrise: a pandemia, a economia e a vida. Instituto de Economia UNICAMP.

Lüdke, M e ANDRÉ, M. E. D. A. (2013) “Pesquisa em educação: abordagens qualitativas” . 2. Ed. São Paulo: EPU.

Maestri, L. Z. (2021) “O impacto da pandemia no PIB e economia brasileira”. Trabalho de Conclusão de Curso.

Ministério da economia (2020) “Panorama Macroeconômico: Maio de 2020”. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/panorama-macroeconomico/2020/panmacro_spe_slides_-maio2020.pdf/view>. Acesso em: 15 out. 2022.

Mollo, M. de L e Saad FILHO, A. (2001) “Reconhecimento Social da Moeda: Observação Sobre a Inflação e a Estabilização de Preços no Brasil”. Revista de Economia Política, vol. 21, n 2.

Mollo, M (2004) “Ortodoxia e Heterodoxia Monetária: a Questão da Neutralidade da Moeda”, Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3

Mota, L. H. J. (2014) “Crescimento Econômico e Combate à Crise: Posições Ortodoxas e Heterodoxas”. Brasília – Distrito Federal. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7323/1/2014_JanisiaHeleneLimaMota.pdf>. Acesso em: 15. ago. 2022.

Mulinari, M. (2020) “A paralisia capitalista e as tarefas dos revolucionários”. Disponível em: <<https://revolucaobrasileira.org/15/05/2020/a-paralisia-capitalista-e-as-tarefas-dos-revolucionarios/>> . Acesso em: 23. ago. 2022.

Oliveira, C. S. (2020) “A COVID-19 e o impacto econômico nas micro e pequenas empresas”. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 10, pp. 39-56. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/impacto-economico#7-analise-da-eficacia-das-medidas>>. Acesso em: 02. Ago. 2022.

Oliveira, D. H. (2018) “O Crescimento Da Economia Brasileira 2018-2023”. BNDES,. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf>. Acesso em: 04. Mar. 2022.

Oliveira, P. (2020). “Coronavírus altera hábitos de consumo e impacta mercado”. Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/38582/coronavirus-altera-habitos-de-consumo-e-impacta-mercado.html>> Acesso em: 04. Out. 2022.

Oreiro, J. L. (2020) “Existe um limite máximo para a relação dívida pública/PIB?”. Disponível em: <<https://jcoreiro.wordpress.com/2020/05/13/existe-um-limite-maximo-para-a-relacao-divida-publica-pib/>>. Acesso em: 04. out. 2022.

Oreiro, J. L. (2017) “A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica”. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/SxFbPNLxcStN6BKL7JTtcT/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09. out. 2022.

Parente, M. A. S., e Lima M. S. M. C. (2022) “No pódio da inflação: Covid-19 e o caminho para a pior crise desde a criação do plano real no Brasil”. Editora Científica.

Pastore, A. F. e Pinotti, M. C. (2008) “A Crise de 2008 e o Brasil”. Fórum Nacional – Edição extraordinária. Estudos e pesquisa n.259.

Pereira R. (2016) “Crise econômica faz aumentar espera de desempregos por novas vagas”. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-economica-faz-aumentar-espera-de-desempregados-por-novavaga,10000006639>>. Acesso em: 05. Jul. 2022.

Pires, R. R. C. (2019) “Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas”. - Rio de Janeiro: Ipea.

Rabelo, J. P. (2007) “Análise Da Influência De Fatores Macroeconômicos No Comportamento Das Vendas De Varejo No Brasil No Período De 2000-2006”. Florianópolis. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293470.pdf>>. Acesso em: 19. Mai. 2022.

Rees, S. & Fisher, J. (2020) “Covid-19 and the mental health of people from refugee backgrounds. International Journal of Health Services”, 415-417, 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020731420942475>>. Acesso em: 6 out. 2022.

Rother, E. T. (2007) “Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta paulista de enfermagem”, São Paulo, v. 20, n. 2.

Sebrae (2020) “O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios”. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae/artigos/o-impactodapandemiadecoronavirusnospequenosnegocios,192da538c1be1710vgnvcm1000004c00210arcd>>. Acesso em: 28. mai. 2022.

Scherer, F. S; Kowaleski, P. S; Rezende, S. V.J. (2010) “A dinâmica da inflação brasileira após o plano real”. Vitrine da conjuntura, Curitiba, v.3.

Silva, D. G. V. e Trentini, M. (2002). “Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem”. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 10 (3).

Silva, M. L e Silva, R. A. (2020) “Economia Brasileira Pré, Durante E Pós-Pandemia Do Covid-19: Impactos E Reflexões”. UFSM. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 04. mar. 2022.

Souza, J.R.C. J., Lameiras, M. A. P.L., Sachsida, A., Maka, A., Vonbun, C., Barbosa, F.H., Luna, F. E., Santos, A., Mendonça, M. J., Ribeiro, M. B., Cavalcanti, M. A. F. H., Mora, M., Caetano, S. M., Martinez, T. S., Cerqueira, V. S. (2014). “Política de metas de inflação: teoria e evidências empíricas. Evolução recente das políticas monetárias e cambiais e do mercado de crédito no Brasil” IPEA.

Távora, F. L. (2020) “Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro”. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2020.

Trentini, M. e Paim, L. (1999) Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC.

Vargas, M. e Valfré, V. (2020) “Após salvarem vidas, hospitais de campanha viram impasse para o pós pandemia”. O Estado de S.Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,apos-salvarem-milhares-de-vidas-hospitais-de-campanha-viram-impasse-para-opos-pandemia,70003429888>>. Acesso em: 10 out. 2022.

Vasconcellos, M. A. S e Garcia, M. E. (2006) “Fundamentos da economia”. São Paulo: Saraiva 2006.

Vieceli, L. (2020) “Com impacto do coronavírus, PIB brasileiro desaba 9,7% no segundo trimestre”. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/09/com-impacto-do-coronavirus-pib-brasileiro-desaba-97-no-segundo-trimestre-ckejw5l0p000p014yw4cv3ze9.html>>. Acesso em: 02. Jan. 2022.